



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

PROCESSO N° : 10830.008096/99-67
SESSÃO DE : 12 de junho de 2003
RECURSO N° : 126.145
RECORRENTE : A ILUMINADORA CASA BRANCA LTDA.
RECORRIDA : DRJ/CAMPINAS/SP

RESOLUÇÃO N° 303-00.894

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência à Repartição de Origem, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 12 de junho de 2003

JOÃO HOLANDA COSTA
Presidente

NILTON LUIZ BARTOLI
Relator

14 AGO 2003

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: ANELISE DAUDT PRIETO, ZENALDO LOIBMAN, IRINEU BIANCHI, PAULO DE ASSIS e FRANCISCO MARTINS LEITE CAVALCANTE. Ausente o Conselheiro CARLOS FERNANDO FIGUEIREDO BARROS.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 126.145
RESOLUÇÃO Nº : 303-00.894
RECORRENTE : A ILUMINADORA CASA BRANCA LTDA.
RECORRIDA : DRJ/CAMPINAS/SP
RELATOR(A) : NILTON LUIZ BARTOLI

RELATÓRIO

Tem por objeto o presente processo, o inconformismo da Recorrente em relação ao Ato Declaratório n.º 10830/GAB/006/1999, emitido em 28/10/99, expedido pela Delegacia da Receita Federal em Campinas, que declarou-a excluída do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, por ter constatado que o objeto social da empresa é de atividade econômica não permitida para o Simples.

Do Ato Declaratório de Exclusão, em 15/12/99 a recorrente impetrou IMPUGNAÇÃO, onde aduz, em síntese que:

- não é empresa de locação de mão-de-obra, na medida em que seu objeto social não caracteriza trabalho temporário;
- nunca exerceu serviços de representação comercial para terceiros, o que pode ser constatado pelas notas fiscais já emitidas;
- o serviço de representação comercial por conta própria é admitido para efeito de opção pelo Simples, conforme jurisprudência administrativa;
- os serviços que executa exigem apenas conhecimento técnico e não de profissional legalmente habilitado;
- o serviço de assemelhado não se presta para a vedação, uma vez que a teor do artigo 108 do CTN, não se admite a analogia;
- a norma discriminatória de sua vedação contraria o expresso nos artigos 150, II, 170, IX e 179 da Constituição Federal;
- o conceito de microempresa ou empresa de pequeno porte está restrito ao valor da receita bruta auferida no ano, não podendo alcançar o tipo de atividade econômica que venha a ser praticada;

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 126.145
RESOLUÇÃO N° : 303-00.894

Requer seja revogado o ato Declaratório que determinou sua exclusão.

Remetidos os autos à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campinas, esta proferiu decisão ratificando o Ato Declaratório, cuja ementa é a seguinte:

“Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 1999

Ementa: PROJETO, DIREÇÃO E EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE TELECOMUNICAÇÕES. OPÇÃO.

Pessoa jurídica que presta serviços de projeto, direção e execução de instalações elétricas e de telecomunicações não pode optar pelo Simples, por exercer atividade que requer o concurso de profissional legalmente habilitado.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA POR CONTA DE TERCEIROS.

A prestação de serviços de mão-de-obra por conta de terceiros inclui a pessoa jurídica na vedação à opção relativa à locação de mão-de-obra.

SOLICITAÇÃO INDEFERIDA.”

Ainda irresignada com a decisão singular, a Recorrente interpôs Recurso Voluntário em 23/02/01, tempestivamente, reiterando os fundamentos apresentados em sua peça impugnatória.

Em apreciação à matéria, o Eg. Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, julgou por anular o processo, a partir da decisão de Primeira Instância, como se denota pela ementa:

“PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – NULIDADE – Às Delegacias da Receita Federal de Julgamento compete julgar processos administrativos nos quais tenha sido instaurado, tempestivamente, o contraditório (Decreto nº 70.235/72,

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 126.145
RESOLUÇÃO N° : 303-00.894

com a redação dada pelo art. 2º da Lei nº 8.748/93, Portaria SRF nº 4.980/94). Entre as atribuições dos Delegados da Receita Federal de Julgamento inclui-se o julgamento, em primeira instância, de processos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal (art. 5º, Portaria MF nº 384/94). A competência pode ser objeto de delegação ou avocação, desde que não se trate de competência conferida a determinado órgão ou agente, com exclusividade, pela lei. São nulos os atos e termos lavrados por pessoa incompetente (art. 59, I, Decreto nº 70.235/72, c/c o art. 13, II, da Lei nº 9.784/99). Processo que se anula, a partir da decisão de primeira instância, inclusive.”

Tendo sido constatado pelo julgamento em questão, que a decisão de Primeira Instância não foi subscrita pelo Delegado da DRJ em Campinas, mas por servidor que recebeu delegação de competência, tornaram os autos à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Brasília, que pelos mesmos fundamentos, tornou a indeferir a impugnação do contribuinte.

Recorreu o contribuinte tempestivamente, reiterando os fundamentos de sua peça impugnatória, requerendo seja dado provimento ao recurso, a fim de que reformada a decisão de Primeira Instância, seja mantida na sistemática Simples.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 126.145
RESOLUÇÃO Nº : 303-00.894

VOTO

Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do Recurso Voluntário, por conter matéria de competência deste Terceiro Conselho de Contribuintes.

Pelo que se verifica dos autos, a matéria em exame refere-se à exclusão da recorrente do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, com fundamento no inciso XII, alínea “f”, do artigo 9º da Lei nº 9.317/96, que vedam a opção à pessoa jurídica que:

“Art. 9º Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

...

XII - que realize operações relativas a:

...

f) prestação de serviço de vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;”

O mesmo diploma legal estabelece, ainda, que não podem optar pelo sistema a pessoa jurídica:

“XIII - que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;” (*grifos acrescidos ao original*)

É certo que, quando a autoridade administrativa exarou o Ato Declaratório de exclusão, o contrato social da Recorrente dispunha como seus objetivos:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 126.145
RESOLUÇÃO Nº : 303-00.894

“a) – O estudo, projeto, direção e execução das instalações elétricas das oficinas, fábricas e indústrias; redes de distribuição de eletricidades, a direção, fiscalização e construção das instalações que utilizem energia elétrica.; o estudo, projeto, direção, fiscalização e montagem das estações de telecomunicações com fios e sem fios; o estudo, projeto e execução das redes de telecomunicações com fios e sem fios; Assistência Técnica; Manutenção; Assessoria e Consultoria.

b) – Prestação de serviços de mão-de-obra, por conta própria ou de terceiros.

c) – Comércio por atacado ou varejo de Materiais Elétricos; Materiais de Construção; Aparelhagem de Irrigação e seus componentes hidráulicos; de materiais, matérias-primas e artigos de aplicação ou consumo industrial, agrícola, comercial e doméstico;

d) – Prestação de Serviços de Representações Comerciais, por conta própria ou de terceiros.”

Desta forma, tendo em vista a diversidade de atividades constantes do Contrato Social e tendo em vista as alegações manifestadas pelo contribuinte, em respeito ao princípio da verdade material, pilar do processo administrativo, entendo ser o caso de converter-se o julgamento em diligência, a fim de que o contribuinte comprove, por meio de Notas Fiscais e Contratos de Prestação de Serviços, quais são efetivamente as atividades que presta.

Do exposto, converto o julgamento em diligência à repartição de origem para que intime o contribuinte a apresentar cópias de Notas Fiscais e Contratos de Prestação de Serviços.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 2003


NILTON LUIZ BARTOLI - Relator